



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI
ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER Nº 07/2024-AGM/PMVJ

ORIGEM: CPLCSO/PMVJ

REFERÊNCIA: Ofício nº 004/2024- CPLCSO/PMVJ

INTERESSADO (A): AGENCIAS DISTRITAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ASSUNTO: PROCESSO nº 233/2021, Parecer Jurídico Conclusivo do Procedimento Licitatório Modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 016/2023-CPLCSO/PMVJ

I – RELATÓRIO:

A Comissão Permanente de Licitação desta prefeitura solicitou através do ofício nº 004/2024 - CPLCSO/PMVJ, Parecer Jurídico Conclusivo do Procedimento Licitatório na Modalidade Pregão Presencial (SRP) nº 016/2023-CPLCSO/PMVJ, objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS AGENCIAS DISTRITAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DO JARI-AP.

Acrescento que, enquanto órgão de consulta e assessoramento jurídico, o exame e aprovação por esta Advocacia Geral são obrigatórios, na forma do Artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

1

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

No entanto, a manifestação da Advocacia Geral do Município é estritamente sob o prisma jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados no âmbito das secretarias e comissões, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica.

Vieram os autos para análise e parecer no que diz respeito a este intento.

II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação em epígrafe teve início com a abertura de processo administrativo, contendo o requerimento formulado pela Secretaria interessada, detalhando o objeto de sua pretensão e justificando sua finalidade.

Foram informados os recursos orçamentários, a previsão financeira para o custeio da despesa foi confirmada e depois de avaliada a necessidade e conveniência do pedido, a contratação foi autorizada pelo Prefeito.

Tal aquisição se deu na modalidade pregão, em sua forma presencial, do tipo menor preço por item nos termos da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002. Tendo em vista a precariedade dos sistemas de internet na localidade, tornando assim, inviável a realização do certame em sua forma eletrônica.

Já na fase externa, constatou-se que a divulgação da licitação se deu em estrita obediência à legislação pertinente quanto à forma e os prazos para a realização do certame.

Da apreciação dos documentos apresentados pelos licitantes, relativos ao credenciamento, habilitação jurídica e fiscal, declarações firmadas e proposta de preços, após exame de sua compatibilidade com as exigências do instrumento convocatório, concluiu-se que a licitação foi processada e julgada com observância dos procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como suas alterações.


Às 15h00min do dia três (03) de janeiro (01) de dois mil e vinte e quatro (2024), foi realizada a abertura da sessão para recebimento dos envelopes de documentação e propostas de Preços, para proceder à abertura do Pregão Presencial (SRP) nº 016/2023-CPLCSO/PMVJ.

Diante disso o pregoeiro abriu a sessão pública, informando que o ato convocatório foi devidamente publicado em Diário Oficial do Município, Jornal de Grande Circulação, na Internet no sitio oficial da Prefeitura de Vitória do Jari e nos murais de aviso da Prefeitura de Vitória do Jari.

A Pregoeira declarou não haver nenhuma impugnação relacionada ao edital e informou a empresa que adquiriu o ato convocatório (edital) foi a empresa: R.V.P DE OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 13.099.675/0001-81.

Em ato contínuo abriu-se o credenciamento da licitante interessada, sendo devidamente credenciada. Após o credenciamento, foi entregue pela licitante as declarações de cumprimento dos requisitos de habilitação, Declaração de Cumprimento das Condições de Habilitação Para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação. Deu-se início a abertura do envelope de proposta, principiando pela assinatura por parte do licitante, pregoeiro e equipe de apoio no envelope nº. 1, em seguida a Sra. Pregoeira franqueou a palavra ao licitante para as devidas considerações, por parte das empresas não houve termos a manifestar.

A pregoeira informou o cumprimento de todos os requisitos legais previstos no edital acerca do envelope nº 01. Dando continuidade à equipe de apoio da Pregoeira efetuou os

3


lançamentos dos valores na planilha de lances dos preços ofertados nas propostas, e procedeu-se a etapa de lances que foi finalizada com a classificação da licitante. Após serem lançada(s), bem como, examinada(s) a(s) proposta(s) quanto ao objeto, valor e documentos pertinentes à(s) proposta(s) de preços.

Encerrada a fase de lances e de negociação direta, a pregoeira declarou como vencedora desta referida licitação a empresa: R.V.P DE OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 13.099.675/0001-81, vencedora dos itens: 1 ao item 69 perfazendo um valor total de R\$ 275.215,00 (Duzentos e setenta e cinco mil e duzentos e quinze reais), referente ao objeto deste certame que seja o Fornecimento de ferramentas e peças de reposição. Por seqüência foi aberta e analisada a documentação de habilitação da empresa vencedora da fase de lances, na qual foi declarada HABILITADA.

Desta forma, a Pregoeira em sua análise não constatou nenhuma irregularidade quanto à habilitação a qual cumpriu todas as exigências editalícias e cumprimento dos princípios da lei 8666/93, Lei 10.520/2002 e demais legislações pertinentes a matéria.

Após análise, restou evidente que o processo licitatório está em ordem, que as disposições legais que regem a modalidade de licitação foram observadas e foi constatado que as documentações estão de pleno acordo com o Edital de convocação, após análise minuciosa feita com a comissão e assinado pelos representantes das empresas presentes, bem como pelo pregoeiro.

Diante de todo o exposto, tomando por base a legislação apontada e, mormente os preceitos de ordem constitucional, para que seja alcançada a legalidade do ato em tela, pode-se afirmar que o processo em questão encontra-se em ordem, dentro da legalidade e regularidade imprimida pela Constituição Federal e pelo ordenamento jurídico brasileiro.

No mais, o conteúdo do instrumento convocatório, bem como demais atos administrativos praticados até o momento, mostram-se em sintonia com os preceitos legais pertinentes ao caso, merecendo o processo o seu devido prosseguimento.



III – CONCLUSÃO:

Considerando que a homologação é o ato de controle da regularidade de todo o procedimento realizado como condição de validade da contratação, pelo qual se põe fim ao processo, e, considerando ainda, que nenhuma ilegalidade foi constatada na acurada análise efetuada por esta Assessoria, **OPINAMOS PELA HOMOLOGAÇÃO** do processo em epígrafe, cabendo, no entanto, à autoridade competente, a avaliação quanto à oportunidade e conveniência.

Vitória do Jari - AP, 11 de janeiro de 2024.



IVANA DA SILVA REIS
OAB/AP nº4026

Assessora Jurídica do Município de Vitória do Jari
Decreto nº 385/2021-GAB/PMVJ